

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO, PRÁTICAS E PERCEPÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE VITÓRIA, ES

Luziane Ardisson Cassemiro¹; Mirian Batista Valadares Ribeiro¹; Nilza da Rocha Martins de Jesus¹; Caio Simão de Lima²

1. Graduatedas no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade Brasileira Multivix Vitória
2. Mestre em Biologia Animal, Docente na Faculdade Brasileira - Multivix Vitória

RESUMO

O preocupante cenário de crise ambiental que estamos vivendo tem despertado olhares diferenciados para com o meio ambiente e a ação do homem sobre ele. Sendo a escola um ambiente dinamizador e que deve formar o cidadão em sua totalidade, é seu papel informar, conscientizar e sensibilizar os educandos a refletirem sobre a questão ambiental, a fim de que cada um sintam-se parte integrante do meio em que vive e busque soluções para este problema. A partir dessas reflexões, o presente trabalho buscou por meio de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevistas, analisar como a abordagem do tema é efetivada nas práticas do cotidiano escolar. Foi investigado o tema em sala de aula, bem como a perspectiva dos educadores e educandos, além da análise de sua organização a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola municipal de ensino fundamental do município de Vitória - ES, com alunos e professores do 1º ao 5º ano.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Prática Pedagógica; Educadores.

INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial, o uso da natureza pelo homem deixa impactos cada vez mais marcantes. O capitalismo e seu volume de produção demandam enormes quantidades de recursos em uma população humana que não tende a diminuir num curto espaço de tempo. Tudo isso deixa impactos, às vezes irreversíveis ou de difícil recuperação pelo ambiente (TOZONI-REIS, 2004).

Os avanços tecnológicos que utilizam recursos naturais, o aumento do consumismo, o aquecimento global, a poluição e queima de combustíveis fósseis, fazem com que nos deparemos diariamente com reportagens que noticiam a grande crise ambiental. O aumento dos preços de produtos alimentícios, além dos inúmeros aumentos em contas de água e energia, são, em parte, consequências dessa crise (PEDRINI et al., 2008).

A partir da percepção de que a ação do homem sobre a natureza poderia tornar nossas riquezas naturais insuficientes, foram viabilizados meios para discussões sobre a preservação ambiental, como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como RIO-92.

[...] durante a Rio-92, aconteceu o Fórum Internacional das Organizações Não-Governamentais, que pactuaram o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”. [...] O tratado reconhece a educação como direito dos cidadãos e firma posição na educação transformadora, convocando as populações a assumirem suas responsabilidades, individual e coletivamente, e a cuidar do ambiente local, nacional e planetário [...] (TOZONI-REIS, 2004, p.6).

É no cenário de crise socioambiental que se pode repensar uma nova abordagem para a atuação da escola na vida dos estudantes, para que assim se contribua para a formação de cidadãos conscientes e aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global.

Perante o exposto, pode-se notar a extrema importância do tema Educação Ambiental no âmbito escolar, pelo fato de que a escola deve ser um local dinamizador, reflexivo e com intencionalidades específicas, para tanto, concorda-se com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) do Meio Ambiente, no que diz respeito ao fato da escola abordar não somente a questão científica, mas também, aspectos subjetivos da vida, como a relação homem x natureza.

Em conformidade com Ruscheinsky (2012, p.55), desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, a educação ambiental passou a ser direito de todo cidadão brasileiro. A Constituição dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente e no Art. 225, Inciso VI, determina que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Embora o princípio da educação ambiental esteja previsto na Constituição desde 1988, sua regulamentação foi efetuada somente onze anos após (RUSCHEINSKY, 2012, p.55), através da Lei Nº 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A citada lei é de grande importância no meio educacional, pois esta destaca que todos devem ter acesso à educação ambiental e a referida educação deve estar presente em todos os níveis e modalidades da educação.

De acordo com a PNEA:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Por ser um tema atual, de interesse e importância social, o presente trabalho buscou investigar como se dá a abordagem da educação ambiental em uma escola de ensino fundamental. Em conformidade com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI):

[...] é importante que as crianças sejam capazes de: Interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando ideias; [...]; Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana (BRASIL, 1998, p.175).

A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada com professores e alunos do 1º ao 5º ano de uma escola de ensino fundamental, situada no município de Vitória - ES, buscando compreender: (I) qual a política de educação ambiental utilizada pela escola? (II) de que modo o assunto está presente no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, além de

compreender a relação entre as proposições teóricas e as práticas pedagógicas, em sala de aula, que abordam a temática educação ambiental. Para tanto, a pesquisa aconteceu da seguinte maneira: análise do PPP da instituição; verificação dos métodos utilizados pelos professores; e investigação, a partir de entrevistas com professores e alunos, a fim de compreender suas percepções sobre o tema.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de ensino fundamental, localizada na cidade de Vitória - ES, entre os meses de março e abril de 2015. Atualmente, a referida escola atende a um número aproximado de 980 alunos, distribuídos em três turnos: matutino, vespertino e noturno.

De acordo com o PPP do ano 2011, da escola pesquisada, a maioria de seus alunos mora no bairro Tabuazeiro e um número significativo deles, no Morro do Macaco. Percebe-se também que o quantitativo de alunos que vivem com pai e mãe sofreu uma significativa mudança. Em conversas, realizadas com alguns responsáveis pelos alunos, fica evidente que alguns deles estão vivendo somente com o pai, outros com a mãe, e ainda outros com avós.

Observa-se também, na comunidade atual, a presença de muitos trabalhadores diaristas, tanto quando se trata do pai, quanto da mãe, essa realidade nos aponta para o fato de que a renda dessas famílias não tem um valor mínimo assegurado, por estar vinculada ao número de dias que estes conseguem trabalhar. Esse fator reforça a necessidade de se ter na escola material escolar para suprir as necessidades dos alunos quando seus pais ou responsáveis estiverem em dificuldade. Determina ainda, a necessidade do desjejum como fator relevante para dar condições às crianças participando efetivamente das aulas.

Durante a coleta de dados dessa pesquisa, foi utilizada a pesquisa documental, que consiste em examinar materiais como o PPP da instituição, além da pesquisa qualitativa, cuja preocupação primordial é compreender o fenômeno, descrever o objeto de estudo, interpretar seus valores e relações, não dissociando o pensamento da realidade dos atores sociais e onde pesquisador e pesquisados são sujeitos recorrentes, e, por consequência, ativos no desenvolvimento da investigação científica (LIMA, 2001).

Além da pesquisa documental, houve atendimento da pedagoga e foram realizadas entrevistas com quinze alunos e cinco professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I. A pesquisa se realizou a partir de entrevistas compostas por quatro questões abertas.

A recepção por parte dos professores ocorreu de forma positiva, porém com o problema do curto espaço de tempo para responder as perguntas. A partir disso, acordou-se com os professores do 4º e 5º ano realizar estas entrevistas no horário de seus planejamentos, pois eles optaram e autorizaram verbalmente a gravação de suas falas. Quanto às professoras do 1º e 3º ano, preferiram responder as perguntas em sala de aula, optando em escrever suas respostas enquanto os alunos realizavam suas atividades. Já a professora do 2º ano preferiu responder as perguntas em casa, alegando não ter tempo durante seu horário de trabalho. Foram entrevistados 15 alunos, sendo três estudantes de cada turma do 1º ao 5º ano, durante o recreio, com o intuito de que não houvesse interrupção no horário de aula. Portanto, as entrevistas foram conduzidas a fim de que se adequassem às necessidades dos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO

Sendo o Projeto Político Pedagógico parte integrante e de extrema importância no âmbito educacional, por contemplar questões estruturais e metodológicas, a primeira etapa da pesquisa se deu a partir de uma conversa com a pedagoga responsável pelo ensino fundamental I da instituição, com o objetivo de colher informações sobre a educação ambiental neste documento, que consiste em:

[...] o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação como contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade (VEIGA, 2011, p.14).

Durante entrevista com a pedagoga, constatou-se que o PPP da instituição está em construção e que o documento presente é antigo e desatualizado, o que não deveria acontecer, pois o PPP é de extrema importância na parte organizacional de uma instituição escolar, sendo ele o principal organizador de metas a serem cumpridas e propostas pedagógicas das realidades vivenciadas no decorrer do ano letivo. Desta maneira, torna-se inerente a fala de Veiga (2011, p.39), no que diz respeito à atualização constante no projeto, para que assim contribua diretamente com o desenvolvimento do trabalho pedagógico a ser realizado.

A partir de então, solicitou-se a análise do documento em questão e pôde-se verificar que o PPP é do ano de 2011. É importante reiterar a fala da professora e autora Heloisa Ramos da Revista Nova Escola, quando afirma que o documento expressa não só as exigências legais do sistema educacional como também necessidades, propósitos, expectativas e metas da instituição de ensino. Dessa forma, o PPP deve ser atualizado periodicamente, principalmente no que diz respeito aos dados que revelam a situação social, econômica e cultural da comunidade onde a escola esteja inserida. Outro fator que deve ser considerado é a rotatividade de funcionários que, em sua maioria, não se encontram mais na unidade escolar. Nessa situação, é importante rever as concepções, diretrizes e objetivos que o documento apresenta.

A partir da análise do documento constatou-se que a única menção à educação ambiental foi em forma de projetos. Projetos constituem-se em ações que devem buscar um rumo, uma direção, sendo uma ação intencional, com um sentido explícito e um compromisso definido coletivamente (VEIGA, 2011, p.13).

Baseando-se na conversa com a professora de ciências verificou-se que os projetos vigentes sobre educação ambiental são o da “Horta Educativa”, que em sua proposta contempla: maior integração do corpo docente com atividades interdisciplinares; preparar pulverizadores naturais para o controle de pragas; conscientização da necessidade de conservação dos recursos naturais, permitindo o relacionamento homem-natureza; relacionar o conteúdo visto em sala com aplicações práticas; identificar processos de semeadura, adubação e colheita; compreender a importância de uma alimentação equilibrada e saudável para a saúde. Esse projeto não obteve êxito no ano de 2011, ficou parado devido a um problema de contaminação

da terra. Faltou apoio para aquisição de alguns recursos necessários para revitalização da horta, conforme consta no PPP da instituição. O referido projeto foi retomado no ano de 2015.

A professora de ciências relatou a existência de um projeto em andamento, desenvolvido por estudantes da instituição que visa à reutilização da água do bebedouro e das chuvas para a irrigação da horta e limpeza em geral, pois de acordo com os PCN's do Meio Ambiente, cabe à escola garantir situações em que os alunos possam colocar em prática sua capacidade de atuação desde a definição dos objetivos, dos caminhos a seguir para atingi-los, da opção pelos materiais didáticos a serem usados, dentro das possibilidades da escola (BRASIL, 1998, p.187).

Vale ressaltar que as ações que contemplam o tema em questão existem, porém não consta documentação que regulamente os projetos desenvolvidos pela escola no ano de 2015. Uma instituição torna-se refém de suas ações se não ocorrer um planejamento das atividades e projetos que serão desenvolvidos, portanto torna-se inerente a elaboração do PPP, pois a partir deste documento, nota-se a organização e o respaldo legal das atividades desenvolvidas caso ocorra algo inesperado. Veiga (2011, p.12-13), diz que:

[...] o Projeto Político Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, não sendo algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos envolvidos com os processos educativos da escola.

PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Durante a coleta de dados com os professores, que se constituem como parte fundamental ao processo ensino/aprendizagem e responsáveis em incentivar e sensibilizar as crianças quanto aos aspectos ambientais, percebe-se que:

A educação ambiental deve ser inserida na sociedade ao ponto de ser transformada em sinônimo de cidadania, ela deve caracterizar uma nova consciência para todos os cidadãos do planeta. O uso da educação ambiental deve ser aplicado no dia a dia, seja nas escolas, nas ruas, no trabalho, dentro de casa (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2013).

Quando indagados sobre a percepção sobre o tema Educação Ambiental no ensino fundamental, houve um consenso entre os professores do 1º ao 4º ano acerca das respostas, pois disseram que é um tema amplo e atual, que trabalha a água, o lixo, o esgoto, o lugar de onde vem seus alunos e os aspectos vivenciados naquele local, como queimadas e desmatamento para construção de moradias. Ressaltaram a importância da abordagem do tema desde a educação infantil.

Conforme consta no RCNEI (1998), um dos objetivos específicos para crianças da educação infantil é “estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana”, reforçando assim a importância de relacionar algumas atividades cotidianas da vida das crianças ao meio ambiente.

Para esses professores, a educação ambiental está relacionada com a natureza, matas e florestas, porém, a docente do 5º ano, graduada em Geografia, com Mestrado em Educação Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), trabalha na rede municipal há 24 anos, ao ser questionada sobre qual a sua percepção sobre o tema educação ambiental, deixou evidente que: “Penso na educação ambiental não a questão de se trabalhar a floresta, por exemplo: hoje vamos trabalhar a floresta amazônica, mas a floresta amazônica está lá no norte do Brasil, afastado do contexto do aluno. Eu trabalho a educação ambiental a partir de onde o aluno vive, onde estuda. O que é o meio ambiente? O ambiente é isso aqui, onde a gente está, onde eu estou, ocupo um espaço, esse ambiente precisa estar limpo, trazer conforto [...]. Educação ambiental envolve o pátio da escola, o recreio, a socialização, como o aluno se movimenta nesse pátio, como ele ocupa o espaço do pátio, na inter-relação com o outro, isso pra mim é educação ambiental”. A fala da professora se confirma de acordo com os PCN's do Meio Ambiente: “A perspectiva ambiental consiste num modo de ver o mundo no qual se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida”.

A partir das falas analisadas, percebe-se as distintas concepções acerca do tema por parte dos professores. Conforme Tozoni-Reis (2004, p.72), durante sua pesquisa, alguns professores entendem educação ambiental como aquisição/transmissão de conhecimentos técnico-científicos acerca dos processos ecológicos do ambiente, é “educação para controle do ambiente”.

Em relação à abordagem do tema em sala de aula, o professor do 4º ano, graduado em Educação Física, Pedagogia e Mestre em Educação pela UFES disse: “Não existe um momento específico que trate a educação ambiental, o conhecimento acontece ao decorrer do processo de ensino e aprendizagem”. Ou seja, os professores abordam em sala de aula o tema Educação Ambiental de forma transversal. Segundo os PCN's, temas transversais:

São temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes (BRASIL, 1998).

Os PCN's do Meio Ambiente afirmam ainda que:

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente (BRASIL, 1998).

Os professores relataram que utilizam materiais atuais, como jornais e revistas, e não ficam presos somente aos livros didáticos, apesar de que o mesmo desempenha um importante papel no sistema escolar. De acordo com Bittencourt (2011, apud MATOS, 2012), os livros didáticos são “os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da ‘tradição escolar’ de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos”. A professora do 5º ano afirmou que o livro utilizado na escola é seguido durante três anos, portanto não acompanha a dinâmica das questões sociais, culturais e as próprias questões

do meio ambiente. Assim, os professores trabalham com metodologias diversas para despertar a curiosidade dos alunos e tornar as aulas diversificadas, tais como: a reutilização de materiais recicláveis para a aula de música, educação física, artes, participação dos alunos através de pesquisas na internet, mostra de vídeos com discussões que valorizam a opinião dos alunos, fotografias, reportagens, sequências didáticas, aulas no laboratório, observações cotidianas, entre outras práticas que surgem de acordo com a necessidade do dia a dia da sala de aula, do pátio e das relações interpessoais.

Quando questionados se havia algum trabalho pedagógico que envolvia a comunidade local, responderam que esta participa minimamente das exposições de trabalhos com os mais variados temas, inclusive questões inerentes à preservação do meio ambiente e em eventos da escola, tais como oficinas de sabão e reutilização de cascas dos alimentos. A partir dos relatos dos professores, percebe-se que a participação da comunidade ainda é pequena e que existem poucos movimentos que despertem o interesse da mesma.

É importante que a escola, ao planejar e programar suas ações pedagógicas procure envolver sua comunidade na construção do conhecimento. De acordo com Castro et al. (2010), a importância da participação de cada setor da sociedade, na qual a escola tem o papel de propiciar meios para a formação de cidadãos, assim como o professor, que deve trabalhar objetivando desenvolver nos alunos uma postura crítica diante da realidade, de informações e valores veiculados pela mídia e daqueles trazidos de casa em consonância com a família, que reproduz e adquire novos conhecimentos e a comunidade, que evidencia os problemas reais e permite a atuação da prática pelos alunos, tendo como base tudo o que foi ensinado dentro de sala aula.

Como argumenta Cody e Siqueira (1997) citado por Bezerra et al. (2010):

É preciso participar da vida escolar dos filhos e da escola. A contínua colaboração entre escola e os pais faz com que se tornem parceiros no processo educacional. A falta de comunicação entre a escola e os pais leva ao comprometimento do sucesso escolar.

A formação acadêmica dos educadores deve ser sistemática e contemplar aspectos que serão utilizados durante sua atuação no ambiente escolar. Os professores, quando indagados a respeito da abordagem do tema em sua formação acadêmica, sinalizaram que, não tiveram uma disciplina específica sobre a educação ambiental e que, quando se abordava algum assunto sobre o tema era feito através de trabalhos de pesquisa.

O professor, assim como qualquer profissional das distintas áreas, necessita de constante formação para atualizar seus conhecimentos e se colocar a parte de novas descobertas acerca do assunto. Sendo assim, os PCN's do Meio Ambiente nos dizem que:

Reconhece-se aqui a necessidade de capacitação permanente do quadro de professores, da melhoria das condições salariais e de trabalho, assim como a elaboração e divulgação de materiais de apoio. Sem essas medidas, a qualidade desejada fica apenas no campo das intenções (BRASIL, 1998).

Ainda de acordo com os PCN's,

Como esse campo temático é relativamente novo no ambiente escolar, os professores podem priorizar sua própria formação/informação à medida que as necessidades se configurem. Pesquisar sozinho ou junto com os alunos, aprofundar seu conhecimento com relação à temática ambiental [...] (BRASIL, 1998).

É importante citar que os professores afirmaram que atualmente, nas formações oferecidas, quando o tema é abordado ocorre apenas de forma superficial, e que não é do conhecimento dos mesmos, abordagens específicas sobre o assunto.

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

As entrevistas com os educandos se deram a partir de conversas informais, nas quais eles foram questionados se sabiam do que se tratava educação ambiental, se os professores abordavam o tema em sala de aula e de que maneira isto foi trabalhado durante as aulas.

As crianças, em sua maioria, afirmaram que não sabiam o que era educação ambiental, no entanto, durante a conversa, quando a pergunta foi reformulada e questionou-se a respeito do meio ambiente e/ou sua preservação, as respostas foram unânimes afirmando que os professores falam sobre esgoto, economia de água e poluição.

Percebe-se que os dados encontrados estão em conformidade com Santos; Tagliani; Vieira (2010), pois obtiveram dados semelhantes no que diz respeito à visão do estudante em relação à definição do meio ambiente, tendo em vista que a maioria dos alunos entrevistados tem uma representação naturalista do meio ambiente, visando apenas à natureza e o cuidado com a mesma. Em concordância com as falas dos alunos, percebe-se certo distanciamento conceitual sobre educação ambiental, tendo em vista que não se trata apenas da natureza e que deve englobar o homem e suas relações com o meio. É importante ressaltar aqui, que as crianças realizam associações relacionadas ao tema, exemplo: relacionam o tema Educação Ambiental a um assunto específico e atual, como água ou lixo, pois ainda não possuem formada a capacidade de analisar uma questão como um todo. Segundo Piaget (1996, p.13) citado por Tafner (2004):

Assimilação é a integração a estruturas prévias, que podem permanecer invariáveis ou são mais ou menos modificadas por esta própria integração, mas sem descontinuidade com o estado precedente, isto é, sem serem destruídas, mas simplesmente acomodando-se à nova situação.

Piaget expõe uma possibilidade dessa opinião restrita das crianças, pelo fato de não terem atingido o processo de maturação necessária para compreender teorias mais complexas. Por outro lado, a conceituação dessas crianças de maneira rasa, pode ser fruto da formação superficial dos professores, pois, segundo Tozoni-Reis (2004, p.72), “O tema ambiental é tratado como iniciativa individual, como tema periférico das disciplinas nos cursos de graduação: são iniciativas muito tímidas, não existe preocupação oficial com a problemática ambiental no ensino superior”. Percebe-se assim a importância de um melhor tratamento no que diz respeito à formação de professores nos cursos superiores, pois eles serão responsáveis pela formação de sujeitos ativos inclusive nos aspectos ambientais. Os educadores muitas vezes não entendem temas socioambientais que são abordados por eles nos trabalhos das escolas, como sendo práticas em educação ambiental.

Em se tratando da abordagem do tema em sala de aula, todos os alunos entrevistados afirmaram que os professores trabalham com o tema durante as aulas, utilizando livros,

questionários e também a partir de conversas e textos, além da explanação do assunto no laboratório de ciências, práticas essas de grande valia no que diz respeito à abordagem da educação ambiental.

CONCLUSÃO

Diante da investigação realizada e das informações obtidas, conclui-se que a educação ambiental na escola pesquisada é abordada em sala de aula como tema transversal e por meio de projetos, fato este que não determina a eficácia total durante sua abordagem, pois, nota-se que os alunos ainda possuem um olhar restrito sobre o tema, apresentando uma visão naturalista sobre meio ambiente, considerando apenas a natureza e sua preservação, não incluindo o homem e os ambientes construídos ou modificados por ele como partícipes do meio ambiente. Diante disso, nota-se a necessidade de uma formação docente mais aprofundada, pelo fato de que, por vezes, os próprios professores tratam o meio ambiente apenas a partir de uma visão restrita à natureza.

No que diz respeito ao PPP da instituição, encontra-se em construção, não sendo possível verificar a presença do tema em questão no documento, o que se torna um problema, pois é este documento que norteia todo o trabalho pedagógico a ser desenvolvido durante o ano letivo. Mesmo não havendo orientação a partir do PPP, os docentes desenvolvem os trabalhos vinculados ao tema. Não estando o PPP atualizado, as ações, que devem ser sistematizadas e intencionais tornam-se facultativas à instituição. Torna-se cabível neste caso, uma ação conjunta entre toda comunidade escolar para atualização deste documento a fim de direcionar o trabalho a ser desenvolvido na escola.

A partir dos dados discutidos e analisados nesse trabalho, pode-se constatar que é evidente a necessidade da abordagem do tema no âmbito educacional, com o intuito de despertar olhares diferenciados acerca do meio em que vivemos e suas implicações nas relações interpessoais, além da necessidade de capacitação específica nesta área, para que o trabalho pedagógico seja efetivado de forma significativa a fim de orientar e organizar as práticas a serem realizadas a partir do respaldo legal no PPP.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Z.L. et al. **Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária**. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602010000200016&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 maio 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais. Brasília: Subsecretaria de edições técnicas, 2007. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../constituicao_federal_35ed.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental n.º 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação

ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: Secretaria de educação fundamental, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente. Brasília: Secretaria de educação fundamental, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: Secretaria de educação fundamental, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CASTRO, Luana. et al. **Educação ambiental: por quê? pra quê? pra quem?** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psicoeduc/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental:_Por_qu%C3%AA%3F_Pra_qu%C3%AA%3F_Pra_quem%3F>. Acesso em: 04 jun. 2015.

LIMA, Paulo Gomes. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000222774>>. Acesso em: 10 out. 2014.

MATOS, Julia Silveira. **Os livros didáticos como produtos para o ensino de história: uma análise do plano nacional do livro didático – pnld**. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/3268/1945>>. Acesso em: 01 maio 2015.

1. PORTAL DA EDUCAÇÃO. **A importância da educação ambiental**. 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/Artigo/Imprimir/50165>>. Acesso em: 01 maio 2015.

PEDRINI, A.G. et al. **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. 6.ed. Petropolis, RJ: Vozes – coleção educação ambiental, 2008.

2. RAMOS, Heloisa. **Planejar o ano sem levar em conta o PPP**. In: Revista Nova Escola. Rio de Janeiro: Abril, 259.ed, jan. fev. 2013. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/planejar-ano-levar-conta-ppp-736861.shtml>>. Acesso em: 01 maio 2015.

RUSCHEINSKY, Aloisio. **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Penso, 2012.

SANTOS, Aline Mendes Bernardes; TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini; VIEIRA, Paulo Henrique Freire. **Educação ambiental em garopaba: a visão dos professores e alunos do ensino fundamental local**. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/viewFile/3894/2324>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

TAFNER, Malcon. **A construção do conhecimento segundo piaget**. 2004. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n08/mente/construtivismo/>>

construtivismo.htm>. Acesso em: 01 maio 2015.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

2